

# ARQUITECTURA DAS GRANJAS MONÁSTICAS NO DOMÍNIO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA - A Granja do Bárrio

Maria do Céu S. Tereno\*  
Universidade de Évora

## Introdução

O estudo das granjas monásticas em Portugal tem como referência primeira as granjas cistercienses, em especial as que foram construídas pela Casa-Mãe desta Ordem, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

A Ordem Cisterciense tinha como regra uma vida sóbria, de completa pobreza, dedicada à solidão e ao trabalho, quer ao trabalho de construção dos seus mosteiros, quer ao trabalho agrícola<sup>1</sup>.

Estas características foram certamente consideradas pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, que desejava consolidar a posse dos territórios conquistados aos Mouros, quando em 1153, doou ao Abade do Mosteiro de Claraval, S. Bernardo, com o privilégio de couto, o lugar de Alcobaça<sup>2</sup>.

Para o desenvolvimento do território que lhes foi confiado, os monges deste Mosteiro utilizaram duas vias : favoreceram o povoamento pela constituição de coutos, para a fixação de colonos, geralmente em áreas mais difíceis de povoar; fomentaram o desenvolvimento agrícola<sup>3</sup> através da criação de granjas<sup>4</sup> nos terrenos mais férteis<sup>5</sup>.

Estas situavam-se a cerca de um dia de marcha da Abadia, para evitar a dispersão dos monges em pequenos priorados isolados e para permitir que os conversos que trabalhavam nas granjas regressassem ao Mosteiro, aos Sábados para a celebração das cerimónias dominicais, ou nos dias de festa<sup>6</sup>

Estas granjas dispunham, normalmente, de dois tipos de edificações: umas destinadas á instalação dos irmãos conversos, como cozinha, refeitório, calefatório, hospedaria, e raras vezes, oratório; outras destinadas à actividade agrícola<sup>7</sup> como armazéns, estrebarias, ovis, moinhos, lagares, adegas, e tudo o mais indispensável<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Louis J. Lekay - *Los Cistercienses - Ideales y Realidad*, Barcelona, 1987, p. 33 e 45

<sup>2</sup> Dom Maur de Cocheril - *Alcobaça - Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p.25 e *Ob. Cit. (1)*, p.58, e ainda Manuel Vieira Natividade - *O Mosteiro de Alcobaça, ( Notas Históricas )*, Coimbra, 1885, p. 60, que sugere uma interpretação ligeiramente diferente : " D. Affonso valeu-se então da poderosa influência de D. Bernardo para obter a sua confirmação do papa Eugénio III, como effectivamente obteve, e cedeu-lhe, depois como gratidão as terras de Alcobaça..."

<sup>3</sup> Iria Gonçalves - *O Património do Mosteiro de Alcobaça, nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 133

<sup>4</sup> Pedro Gomes Barbosa - *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, p.140

<sup>5</sup> Artur Nobre de Gusmão - *A Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, 1948, p.25, e ainda na p. 35, não deixa de " ...referir o importante papel representado pela criação das célebres granjas do Mosteiro, onde eram ministrados aos colonos os mais perfeitos conhecimentos da época..."

<sup>6</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p.27

<sup>7</sup> *Ob. Cit. ( 4 )*, p. 140

<sup>8</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p. 27

A ordem Cisterciense, fortemente estruturada e hierarquizada, estabeleceu um plano ( o plano cisterciense )<sup>9</sup> para a construção dos seus mosteiros, caracterizado por uma profunda austeridade, que seguiu com rigor na maior parte dos casos.

Pode admitir-se que um conceito aproximado influenciasse a construção das granjas desta Abadia, mas as vicissitudes por que esta Ordem passou em Portugal ao longo da sua história de cerca de 690 anos conduziram ao desmembramento das granjas e grave deterioração da maior parte das suas estruturas.

Em locais adjacentes às granjas desenvolveram-se, via de regra, pequenos povoados rurais constituídos por pequenos proprietários descendentes dos primeiros colonos<sup>10</sup>.

As cercas e portões das granjas foram, sem dúvida elementos estruturantes dos traçados desses povoados, como se pode notar na estrutura designada por “pate d’oie” gerada a partir dos rossios formados junto aos portões<sup>11</sup>, e se pode observar na figura 1.

Considerando-se muito difícil a identificação da implantação das estruturas por forma a poder estabelecer-se a existência de uma tipologia de granja, encara-se como um primeiro passo nesse sentido, do ponto de vista arquitectónico, um edifício da povoação do Bário que se pode atribuir, com pequena margem de dúvida, à granja do mesmo nome.

### Breve Enquadramento Histórico

A ordem de Cister entrou em Portugal cerca de 1143, tendo então afiliado a Abadia de S. João de Tarouca<sup>12</sup>.

Dez anos depois, em 8 de Abril de 1153, D. Afonso Henriques, doou aos monges dirigidos pelo Abade de Claraval, o lugar de Alcobaça, estabelecendo assim a fundação da Abadia de Alcobaça que se tornou a Casa-Mãe da Ordem em Portugal<sup>13</sup>.

Os primeiros tempos foram difíceis e o Mosteiro só foi iniciado cerca de vinte e cinco anos depois.

Em 1195 uma incursão muçulmana, na área, implicou um recomeço, sendo necessário convocar novos monges e, no final do século, estaria apenas desbravada uma área de cerca de 2 km de raio centrado no Mosteiro<sup>14</sup>.

A extensão da área pertencente à Abadia requeria a participação de uma população mais ampla do que o número reduzido de monges e irmãos

---

<sup>9</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p. 35

<sup>10</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p. 28

<sup>11</sup> José M. Mascarenhas, Pedro G. Barbosa, Maria do Céu S. Tereno, “ Granjas Monásticas e Estruturação do Território nos Coutos de Alcobaça”, Actas do II Congresso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal, Ourense, 1998, pgs. 1453-1480, e mais especificamente p. 1463

<sup>12</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p. 26 e *Ob. Cit. ( 5 )*, p.19. onde refere que “ ... o outro, feito em 1140, é a carta de couto passada ao Mosteiro de S. João Baptista de Tarouca, o primeiro construído pela Ordem, em Portugal. “

<sup>13</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p. 25 e Ernesto Korrodi, *Alcobaça - Estudo Histórico-Archeológico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*, Porto, 1929, p. 10

<sup>14</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p. 19

conversos. Procuraram, por isso, atrair colonos através do estabelecimento de coutos<sup>15</sup>.

Para completar a colonização das terras e promover o seu desenvolvimento criaram as granjas em terrenos isolados, e com água<sup>16</sup>.

Admite-se que de meados do século XIV a meados do século XV esta Abadia viveu um período de prosperidade e tornou-se num feudo poderoso, alvo, por isso, da cobiça de alguns dignitários.

Em 1475, o abade deste Mosteiro cedeu os seus direitos ao arcebispo de Lisboa, a troco de uma renda anual, tendo como consequência uma prolongada depressão devido à longevidade do arcebispo, depois cardeal, que onerou o Mosteiro com pesados tributos<sup>17</sup>.

Continuaram depois abades comendatários, dois deles irmãos do rei D. João III, que procuraram recuperar a situação da Abadia.

Em 1567 o abade Cardeal-Infante D. Henrique, depois rei, obteve do Papa Pio V a autonomia dos monges cistercienses de Portugal em relação à Abadia-Mãe da Ordem, instaurando-se a Congregação Autónoma Portuguesa<sup>18</sup>.

Terminado o domínio espanhol o Mosteiro adquiriu, sob a protecção de D. João V, a sua maior extensão, e novo período de prosperidade. No domínio desta Abadia podiam contar-se 14 vilas dos coutos<sup>19</sup> e 18 granjas, 8 das quais associadas a vilas dos coutos<sup>20</sup>.

A prosperidade do Mosteiro afastou os monges da austeridade da sua Regra, habitou-os a uma vida mais faustosa, mais intelectual e artística que os encaminhou para a decadência.

A redução do número de irmãos conversos fez entregar a exploração das granjas a rendeiros<sup>21</sup>.

Uma grande inundação em 1772 e o terramoto de 1775 produziram estragos de tal dimensão que foi necessário recorrer a empréstimos para a reconstrução colocando o Mosteiro numa difícil situação de endividamento<sup>22</sup>.

---

<sup>15</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p. 27

<sup>16</sup> Joaquim Vieira Natividade, “ Os Monges Agrónomos do Mosteiro de Alcobaça “, *Obras Várias II*, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I Aniversário da Morte do Prof. J. V. Natividade, Alcobaça, s/d, p. 36, onde referindo as boas condições de implantação das granjas diz : “ No começo do Séc. XIII, quarenta e tantos anos depois da sua chegada, diz-nos Frei Fortunato de S. Boaventura, os religiosos já haviam desbravado a maior parte das terras que ficavam até uma légua de distância do Mosteiro”, e ainda *Ob. Cit. ( 4 )*, p.141, e *Ob. Cit. ( 13 )*, p. 20

<sup>17</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p.32, e Manuel Vieira Natividade, *Ob. Cit. P. 106*

<sup>18</sup> *Ob. Cit. ( 2 )*, p. 33

<sup>19</sup> Joaquim Vieira Natividade, “ As Granjas do Mosteiro de Alcobaça “ *Obras Várias II*, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I aniversário da Morte do Prof. J.V.Natividade, p.65

<sup>20</sup> *Ob. Cit. ( 4 )*, p. 141, onde afirma : “ Se aceitarmos como autêntica a carta já referida, de Honório III introduzida a informação de Gregório IX, teremos as seguintes granjas, em 1227 : Chaqueda, Jardim, Mesão Frio, Évora, Marrondo, Turquel, Almofala, Ferreira, Carvalhal Benfeito, Vimeiro, Valbom, Salir, Mota, Alfeizerão , Bacelo, Torre de Framundo, Pescaria, Cella ( Nova ), Bário, Valado, Colmeias, Cós ( maior e menor, no segundo documento ), Ferraria de Dona Daiz ( sic.), Granja Nova, Souto e, talvez, Torre de S.Martinho ( do Porto ).” O que prefaz um número de cerca de 26 ou 27, relativamente diferente das referidas por J.V.Natividade, em *Ob.Cit. ( 19 )*, p.65

<sup>21</sup> *Ob. Cit. ( 3 )*, 142

<sup>22</sup> *Ob. Cit. ( 19 )*, p. 17

As invasões francesas, no início do século XIX, provocaram depredações que agravaram a situação económica do Mosteiro, para o que contribuiu também a independência dos rendeiros.

Após a derrota de D. Miguel I nas lutas liberais, os monges que tinham defendido a sua causa, tiveram de abandonar em 1833, o Mosteiro.

Seguiu-se o saque , mas não houve destruição total porque numa interpretação subtil da carta de fundação da Abadia, fez retornar este domínio à propriedade da coroa<sup>23</sup>.

A desvinculação dos monges da Abadia de Cister, levou a Ordem de Cister a desconhecer esta situação e a mesma não voltou a ser estabelecida em Portugal.

As vicissitudes apontadas a traço largo, sugerem que as granjas, entregues à iniciativa privada quase há dois séculos, deixaram de funcionar de forma coordenada e começaram a conhecer a degradação, acentuada por novos conceitos de utilização do território.

### **Granja do Bárrio - Fundação e Localização**

Pelas circunstâncias antes apontadas, torna-se difícil identificar edifícios que, com alguma garantia, tenham pertencido, como tal, às granjas e, dos que se conseguem identificar, conhecer a sua função primitiva.

De facto depois da degradação atingida, os restauros feitos em casos pontuais, visam objectivos presumivelmente diferentes da função que tiveram quando integraram a granja, e que em alguns casos se orientaram para a habitação.

Tal como em boa parte dos exemplos, desconhece-se a data de fundação da Granja do Bárrio<sup>24</sup>, escolhida para por ter um edifício recentemente recuperado que mantém algumas características arquitectónicas atribuíveis aos séculos XVII/XVIII.

A vida conturbada do Mosteiro de Alcobaça em tão longo período de existência não permitiria encontrar edificações correspondentes ao seu período inicial, que poderá situar-se em meados do século XIII. Embora não se tenha encontrado referência directa ao facto, existe na carta de povoação de Cela Velha, de 1286, uma menção à granja do Bárrio<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> *Ob. Cit. ( 2a ), p. 106*

<sup>24</sup> Luís Bonifácio, “ O Bárrio e a Cela - Curiosas Freguesias do Concelho de Alcobaça “, Boletim da Junta da Província da Estremadura, nº 18, Lisboa, 1948, p. 258, em que faz referência à palavra Bárrio : ... “ deriva de Bairro, uma das partes em que se dividem as povoações grandes e medianas .”, e ainda M. V. Natividade em *Ob. Cit.*, p.31 refere que : “ Bárrio - Corrupção de Bairro, como claramente se vê em muitos documentos antigos. “ e J.V.Natividade, *Ob. Cit. ( 19 ), p. 64*

<sup>25</sup> *Ob. Cit. ( 4 ),* Esta granja pertencia a uma das cinco paróquias que foram então definidas : “ São cinco ( paróquias ) as que foram então delimitadas : Aljubarrota que engloba a Cela Nova, o Bárrio, Turquel, Évora e Carvalhal dos Vilãos.” E também *Ob. Cit. ( 3 ), p. 139,* onde faz uma referência ao Bárrio: “ Mas a toda a volta do herdamento então delimitado para os futuros moradores vicejavam já granjas que a abadia teve o cuidado de deixar guardadas para si : mais uma vez as Colmeias, a Cela, o Bárrio,...”

Esta granja foi implantada em terreno ligeiramente ondulado, entre limites definidos a Oeste pelo Paul da Cela e a Este pelo vale da ribeira do Bárrio, e situa-se, a Noroeste de Alcobaça.

Após visita ao local foram identificados dentro do perímetro da cerca, dois edifícios ( figura 1 ) que, com grande probabilidade pertenceram, dadas as suas características, à antiga granja do Bárrio.

Apresenta-se em esquema o traçado provável da cerca da antiga granja, na figura 2, e o espaço que compreende os edifícios mencionados, bem como o remanescente dos muros.

A malha urbana que se situa entre as estradas de Valado de Frades/Cela e em confluência com esta a estrada de Casal da Fonte/Vestiaria/Alcobaça, leva a admitir que estas estradas se tivessem desenvolvido ao longo da cerca da granja, podendo agora, na ausência de muros, definir com algum rigor, o seu perímetro. Também no mesmo esquema se podem apreciar dois locais que se configuram como rossios correspondentes a antigos portões da granja<sup>26</sup>, dada a estrutura viária em forma de “pate d’oie”, que dali diverge.

### **Arquitectura da Granja do Bárrio**

Existe nesta localidade um edifício, objecto deste estudo, que se considera ter pertencido à granja do Bárrio, e que se encontra em bom estado de conservação.

O seu estado actual resulta de uma intervenção, relativamente recente, que visou dotar o edifício de boas condições de habitabilidade.

Não foi possível, durante as visitas realizadas ao local, apreciar o seu interior.

É um edifício de dois pisos, de planta rectangular ( figura 3 ) de cerca de 7.2m x 24.8m, que se desenvolve segundo o eixo Este-Oeste e em que se notam adições de espaços provocando uma volumetria diversificada e vãos variados.

A fachada orientada a Oeste apresenta, como se observa nas figuras 4 e 5, um portão de dimensões assinaláveis, situado a eixo da mesma, que deve ter servido, em tempos, como o principal acesso a este edifício. De cada lado do portão situam-se dois vãos rectangulares horizontais de pequenas dimensões sendo sobrepujado por um óculo elíptico de aspecto mais recente.

A fachada lateral Norte ( figuras 6 e 7 ), é a que apresenta maior diversidade de elementos compositivos, que contribuem de forma significativa para a sua animação e para uma maior riqueza do conjunto ( figuras 9, 10, 11,12, 13 ).

Os vãos desta fachada mais elaborados ( figuras 11, 13, ) são semelhantes aos que se encontram na fachada Oeste e correspondem visivelmente

a um segundo piso.

A diversidade compositiva resulta de uma distribuição irregular dos vãos, sem correspondência entre o primeiro e o segundo pisos, decorrendo provavelmente apenas de necessidades funcionais ( figura 8 ).

Na fachada Este assinalam-se três vãos ( figuras 7 e 8 ) correspondentes a três pisos diferentes. O primeiro piso, dado o declive do terreno de implantação

---

<sup>26</sup> *Ob. Cit. ( 11 )*, p.1463

do edifício ( figura 7 e 8 ), ocupando cerca de um terço da sua dimensão, desenvolve-se parcialmente em cave e é iluminado por uma estreita fresta vertical.

Os dois pisos superiores cada um com uma janela de vão e trabalho diferente, menos elaborados, no entanto, do que as cantarias dos vãos da fachada Norte. Adossado a essa fachada encontra-se um muro que estabelece o fecho de uma área confinante com outro edifício de menor dimensão. O edifício considerado e o anexo que se observa na fachada Oeste têm cobertura em telhado de duas águas.

Ainda no Bário e em local um pouco afastado do edifício descrito, encontra-se um outro de aspecto bastante antigo e de características epocais semelhantes, que nos faz supor ter estado incluído na cerca da antiga granja, mas em avançado estado de degradação, cuja função actual é a de armazém de alfaias agrícolas, onde encontramos também integrando num muro, uma antiga tulha de pedra, ou talvez uma ainda mais antiga arca tumular.

Com os elementos actualmente disponíveis não pode definir-se com rigor a época de construção dos edifícios que revelam elementos construtivos do século XVIII a par de outros de épocas anteriores.

### **Conclusão**

As granjas cistecienses, integradas no património cultural deixado pela Abadia de Alcobaça, são motivo de interesse não só pela sua influência na estruturação do território como também pelo contributo arquitectónico para a organização das explorações agrícolas e dos povoados que se lhes foram juntando.

Apesar do desenvolvimento actual dos povoados correspondentes às antigas granjas nota-se, naquelas em que os edifícios atribuíveis às granjas ainda se mantêm, que estes se tornam salientes em relação à paisagem modesta adjacente, e que certamente funcionaram como modelos arquitectónicos, para as populações locais.

Algumas dificuldades se notaram na elaboração deste trabalho, porque os edifícios se encontram no domínio privado, e para o conhecimento completo da implantação das granjas não poderá dispensar-se a pesquisa arquelógica dificultada por aquela circunstância.

Espera-se que na continuação de trabalhos desta natureza se ultrapassem algumas das dificuldades apontadas.

\* Professora Auxiliar do Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico

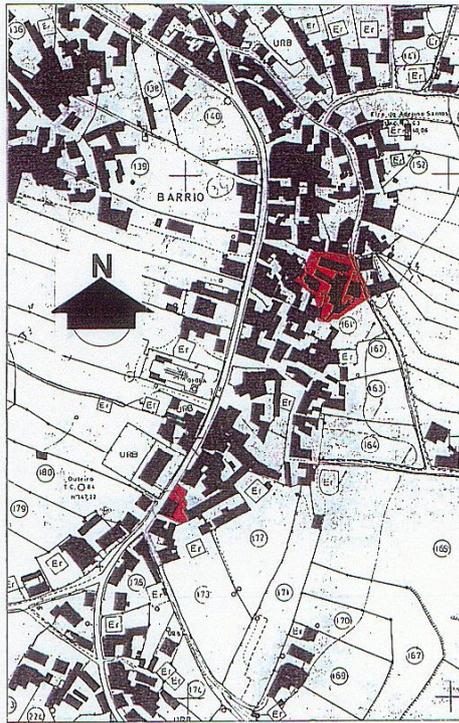


Fig.1 - Localização da Granja do BARRIO

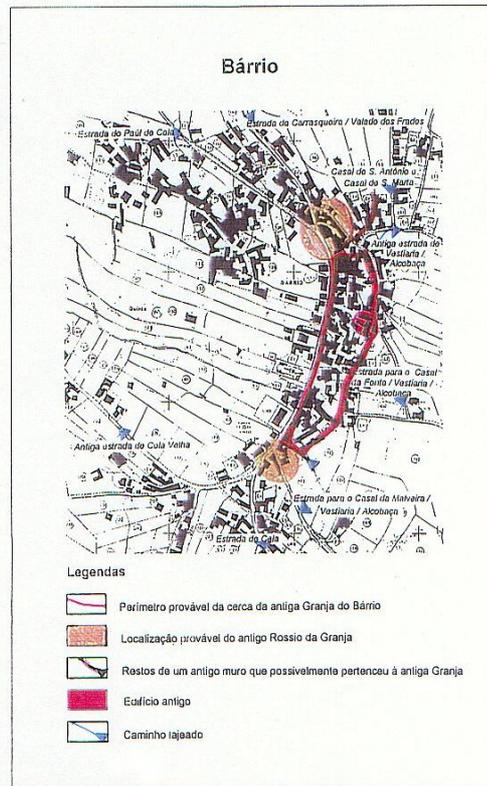


Fig.2 - BARRIO - Perímetro provável da cerca da antiga granja.

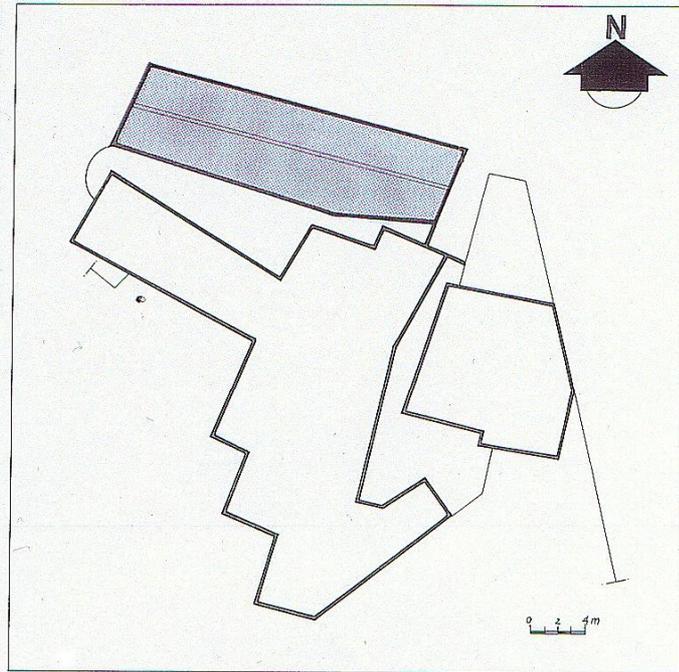


Fig.3 - Bário, planta global do núcleo da granja.



Fig. 4 - Bário, alçado principal do edifício da antiga Granja.

